

CLI Sul S.A. e Controlada

Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas para o
Trimestre Findo em 31 de Março de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
CLI Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da CLI Sul S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Ênfase

Reapresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas


Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.2.1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referente ao período findo em 31 de março de 2023, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para inclusão de divulgações descritas na referida nota explicativa. Em 30 de maio de 2023 emitimos relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. A nossa conclusão não contém modificação sobre esse assunto.

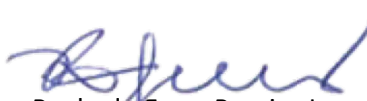
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de julho de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022			31/03/2023	31/12/2022		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	3	181.485	182.531	408.940	428.313	Fornecedores	12.1	79	4.925	11.449	19.986
Contas a receber	4	-	-	37.340	22.780	Debêntures	16	56.671	23.450	56.671	23.450
Estoques	5	-	-	14.833	14.922	Obrigações trabalhistas	14	-	-	12.035	19.071
Partes relacionadas	6	-	-	16.359	11.457	Obrigações tributárias	14	116	661	8.701	49.583
Tributos a recuperar	7	967	269	13.073	2.269	Passivo de arrendamento	13	-	-	16.562	16.188
Outros créditos		9	36	4.693	4.131	Partes relacionadas	6	-	-	30.058	14.340
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		182.461	182.836	495.238	483.872	Dividendos a pagar		3.660	3.660	3.660	3.660
						Outras contas a pagar	12.2	-	-	49.042	37.648
						TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES		60.526	32.696	188.178	183.926
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Impostos diferidos	15.2	4.428	-	19.785	15.315	Debêntures	16	781.153	780.795	781.153	780.795
Ativo indenizatório	2.6	37.923	41.171	37.923	41.171	Passivo de arrendamento	13	-	-	92.929	88.234
Depósitos judiciais	17	-	-	4.769	375	Partes relacionadas	6	133.723	123.693	133.723	123.693
Investimentos	8	1.533.333	1.528.507	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	-	3.580	-	3.580
Imobilizado	10	-	-	69.700	63.627	Provisão para riscos	17	-	-	42.258	44.665
Direito de uso	9	-	-	88.408	84.241	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		914.876	908.068	1.050.063	1.040.967
Intangível	11	-	-	1.659.170	1.695.768	TOTAL DO PASSIVO		975.402	940.764	1.238.241	1.224.893
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		1.575.684	1.569.678	1.879.755	1.900.497	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
						Capital social		800.001	800.001	800.001	800.001
						Reserva de lucros		11.749	11.749	11.749	11.749
						Prejuízos acumulados		(29.007)	-	(29.007)	-
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.743	811.750	782.743	811.750
						Participação de não controladores		-	-	354.009	347.726
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.743	811.750	1.136.752	1.159.476
TOTAL DOS ATIVOS		1.758.145	1.752.514	2.374.993	2.384.369	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.758.145	1.752.514	2.374.993	2.384.369

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota	Controladora	Consolidado
	explicativa	01/01/2023 a 31/03/2023	01/01/2023 a 31/03/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	120.827
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	-	(63.439)
LUCRO BRUTO		-	57.388
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	22	(554)	(4.249)
Resultado de equivalência patrimonial	8	25.130	-
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(33.582)	(37.262)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(9.006)	15.877
RECEITAS FINANCEIRAS	23	5.890	13.922
Despesas Financeiras	23	(33.899)	(44.057)
Variações cambiais, líquidas	23	-	(600)
Resultado financeiro líquido		(28.009)	(30.735)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(37.015)	(14.858)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.1	-	(15.916)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	8.008	8.050
Prejuízo do período		(29.007)	(22.724)
ATRIBUÍVEL A			
Participação dos acionistas da Companhia		(29.007)	(29.007)
Participação dos acionistas não controladores		-	6.283
		(29.007)	(22.724)
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)	19	(0,04)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora 01/01/2023 a</u>	<u>Consolidado 01/01/2023 a</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO		(29.007)	(22.724)
PREJUÍZO ABRANGENTE DO PERÍODO		(29.007)	(22.724)
ATRIBUÍVEL À			
Participação dos acionistas da Companhia		(29.007)	(29.007)
Participação dos acionistas não controladores		-	6.283
Total		<u>(29.007)</u>	<u>(22.724)</u>
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)	19	<u>(0,04)</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total		
		Reserva legal	Retenção de lucros	Total				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1	-	-	-	-	1	-	1
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	1	-	-	-	-	1	-	1
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022	800.001	770	10.979	11.749	-	811.750	347.726	1.159.476
Prejuízo do período	-	-	-	-	(29.007)	(29.007)	6.283	(22.724)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	800.001	770	10.979	11.749	(29.007)	782.743	354.009	1.136.752

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 01/01/2023 a 31/03/2023	Consolidado 01/01/2023 a 31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(29.007)	(22.724)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas elas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	23.552	40.402
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		(8.008)	7.866
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	13 e 16	33.579	37.186
Provisão para riscos	17	-	841
Resultado de equivalência patrimonial	8	(25.130)	
Atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	22	10.030	10.030
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	-	5
Outros		-	-
		<u>5.016</u>	<u>73.606</u>
REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS			
Contas a receber de clientes		-	(14.565)
Estoques		-	89
Impostos a recuperar		(698)	(10.804)
Partes relacionadas		-	(4.902)
Outros ativos circulantes e não circulantes		27	(4.956)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS			
Fornecedores		(4.846)	(8.537)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		(545)	9.636
Partes relacionadas		-	15.718
Outros passivos circulantes e não circulantes		-	<u>11.394</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(1.046)</u>	<u>66.679</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(73.470)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(1.046)</u>	<u>(6.791)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições no ativo imobilizado	10	-	(8.214)
CAIXA LÍQUIDO GERADO / APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>-</u>	<u>(8.214)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	-	(761)
Juros pagos de passivo de arrendamento	13	-	(3.607)
CAIXA LÍQUIDO GERADO / APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>-</u>	<u>(4.368)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>(1.046)</u>	<u>(19.373)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		182.531	428.313
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		181.485	408.940
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.046)</u>	<u>(19.373)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>01/01/2023 a</u>	<u>01/01/2023 a</u>
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2023</u>
RECEITAS	-	<u>126.575</u>
Vendas de produtos e serviços	-	130.250
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(3.680)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	-	5
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>529</u>	<u>22.869</u>
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	-	18.645
Materiais, energia, serviços de terceiros	529	4.224
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(529)</u>	<u>103.706</u>
Depreciações e amortizações	<u>23.552</u>	<u>40.402</u>
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(24.081)</u>	<u>63.304</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>31.020</u>	<u>14.273</u>
Resultado de equivalência patrimonial	25.130	-
Receitas financeiras e variação cambial	5.890	14.273
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>6.939</u>	<u>77.577</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>6.939</u>	<u>77.577</u>
PESSOAL	-	<u>17.914</u>
Remuneração direta	-	12.845
Benefícios	-	4.132
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	937
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	<u>25</u>	<u>29.251</u>
Federais	25	23.502
Estaduais	-	18
Municipais	-	5.731
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	<u>43.929</u>	<u>53.136</u>
Despesas financeiras e variação cambial	33.899	43.106
Outros	10.030	10.030
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	<u>(37.015)</u>	<u>(22.724)</u>
Prejuízo retido no período	<u>(37.015)</u>	<u>(29.007)</u>
Participação dos acionista não controladores	<u>-</u>	<u>6.283</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CLI SUL S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023 (Em Milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021, exercício em que permaneceu sem atividades operacionais.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque. A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil.

Em julho de 2022 a CLI Sul foi adquirida pela atual controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A. por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em virtude da data de constituição da Companhia e do início de suas atividades, não existe saldo comparativo das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2022.

Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, por meio de sua controlada EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12- Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão são extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido e;

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Aquisição EPSA

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na EPSA (ações ordinárias com direito a voto), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos; em 14 de novembro de 2022, foi concluída a operação junto à Rumo S.A. A partir dessa data o controle acionário passou a ser detido pela Companhia. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

1.2. Outros Assuntos

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Contexto Geral

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de commodities e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de março de 2023. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.

- **Commodities:** No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de Elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.5 para maiores detalhes.

2.2.1 Reapresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras individuais e consolidadas referente ao período findo em 31 de março de 2023 estão sendo reapresentadas de acordo com as orientações contidas no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8, para a inclusão de divulgações adicionais na nota explicativa nº 2.6 Combinação de Negócios.

Os itens 5 e 6 da referida nota explicativa foram acrescentados para trazer maior clareza a conciliação apresentada do quadro de alocação preliminar do valor pago na combinação de negócios.

Quadro originalmente apresentado:

Total da contraprestação	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	<u>2.188.884</u>
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.005
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	280.611
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	<u>88.581</u>
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	<u><u>1.908.273</u></u>
Participação de não controladores	338.963
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório)	(10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.

Quadro rerepresentado:

Total da contraprestação	(I)	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:		2.188.882
Caixa		17.119
Aplicações financeiras		221.850
Contas a receber		24.969
Estoque		14.494
Imposto de renda diferido		16.715
Imobilizado (1)		583.815
Direito de uso		84.771
Intangível		5.100
Intangível - Licença de operação (2)		1.173.588
Ativo indenizatório (4)		41.458
Outros ativos		5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:		280.611
Fornecedores		13.539
Obrigações trabalhistas		21.987
Adiantamentos		7.124
Obrigações tributárias		92.124
Arrendamentos CP		16.085
Provisão de riscos (3)		41.171
Arrendamentos LP		88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	(II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores	(III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)		<u>(42.691)</u>
		<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6)	(IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (I-II+III+IV)		(10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.

- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (*closing*). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$ 41.458.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

2.3. Base para consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras individuais intermediárias, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras intermediárias da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 14 de novembro de 2022 (nota 2.6). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício de três meses findo em 31 de março de 2022, e a comparabilidade ficou sem efeito.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

c) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para *demurrage*, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.
- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- *Laytime* (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao *laytime* (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

f) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6., os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que podem ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

g) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito).

2.6. Combinação de negócios

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 80% das ações ordinárias com direito a voto da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (nota 6)	<u>123.693</u>
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base de 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

Total da contraprestação	(I)	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:		2.188.882
Caixa		17.119
Aplicações financeiras		221.850
Contas a receber		24.969
Estoque		14.494
Imposto de renda diferido		16.715
Imobilizado (1)		583.815
Direito de uso		84.771
Intangível		5.100
Intangível - Licença de operação (2)		1.173.588
Ativo indenizatório (4)		41.458
Outros ativos		5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:		280.611
Fornecedores		13.539
Obrigações trabalhistas		21.987
Adiantamentos		7.124
Obrigações tributárias		92.124
Arrendamentos CP		16.085
Provisão de riscos (3)		41.171
Arrendamentos LP		88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	(II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores	(III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)		<u>(42.691)</u>
		<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6)	(IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (I-II+III+IV)		(10.530)

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

2.7. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.7.1. IFRSs novas e revisadas, vigentes para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023:

- i) IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação

Com relação a alteração na IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos no resultado do exercício ou nos lucros / prejuízos acumulados divulgado pela Companhia.

Conforme divulgado na nota 15.2, em 31 de março de 2023 o montante reconhecido pela Companhia é de R\$7.168 de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido sobre o direito de uso.

ii) Outras

Com relação as demais alterações relacionadas abaixo, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

- Contratos de seguros IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021).
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Alterações à IAS 8/CPC 23, definição de estimativas contábeis.
- Apresentação das demonstrações financeiras Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	15	13.404	8.593	18.512
Aplicações financeiras	181.470	169.127	400.347	409.801
Total de caixa e equivalentes de caixa	181.485	182.531	408.940	428.313

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	178.888	138.741	397.766	338.726
Operações compromissadas (i)	2.582	30.386	2.581	71.075
Total Aplicações financeiras	181.470	169.127	400.347	409.801

(i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os rendimentos médios das aplicações financeiras foram de 100% do CDI.

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Clientes estrangeiros	28.903	13.366
Clientes Nacionais	8.442	9.414
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(5)	-
Total	37.340	22.780

4. CONTAS A RECEBER

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos a vencer	26.949	18.799
Créditos vencidos até 60 dias	4.535	2.353
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	5.667	1.628
Créditos vencidos acima de 180 dias	194	-
Total	<u>37.345</u>	<u>22.780</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial do Período	-	-
Adições	5	-
Saldo Final do Período	<u>5</u>	<u>-</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

5. ESTOQUE

	Consolidado	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Peças e acessórios	12.929	12.770
Combustíveis e lubrificantes	325	344
Almoxarifado e outros	1.579	1.808
Total	<u>14.833</u>	<u>14.922</u>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$3.158 em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para realização dos estoques em 31 de março de 2023 é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(3.158)	-
Saldo oriundo de combinação de negócios	-	(3.158)
Saldo final	<u>(3.158)</u>	<u>(3.158)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes				
Rumo S.A. (ii)	-	-	4.441	11.457
Rumo S.A. (iv)	-	-	11.918	-
Total Ativo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.359</u>	<u>11.457</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Rumo S.A. (iii)	-	-	18.140	14.340
Raízen Energia S.A. (iv)	-	-	11.918	-
Total do Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.058</u>	<u>14.340</u>
Passivo não circulante				
Fornecedores				
Rumo S.A. (i)	133.723	123.693	133.723	123.693
Total Passivo	<u>133.723</u>	<u>123.693</u>	<u>163.781</u>	<u>138.033</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio e está condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses. O valor atualizado da contraprestação contingente em 31 de março de 2023 é de R\$133.723 (R\$123.693 em 31 de dezembro de 2022); o efeito da atualização foi registrado na demonstração de resultado em outras despesas operacionais. Este valor corresponderá a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.
- (ii) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre as Companhias com preços e condições determinados entre as partes.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.
- (iv) Saldo de contas a receber e a pagar no circulante referente a renegociação entre as partes.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

Consolidado

	<u>31/03/2023</u>
Receita operacional líquida:	
Raízen Energia S.A. e controladas ⁽ⁱ⁾	20.763
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.183
Outros	1.066
	<u>29.012</u>
Compras de produtos / insumos:	
Logisport Armazéns Gerais S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(2.976)
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(719)
Outros	(259)
	<u>(3.954)</u>

- (i) A prestação de serviços no período findo em 31 de março de 2023 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (empresas grupo Rumo)
- (ii) A prestação de serviços no período findo em 31 de março de 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo)
- (iii) A prestação de serviço no período findo em 31 de março de 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis	-	-	-	95
IRPJ/CSLL	967	269	12.675	1.776
Previdenciário	-	-	398	398
Total	<u>967</u>	<u>269</u>	<u>13.073</u>	<u>2.269</u>

8. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos:

Nome da controlada	EPSA
Controladora	CLI Sul S.A.
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta
Número de ações	672.397.257
Tipo de ações	Ordinárias
% Participação	80%

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022 (i)</u>
Total do ativo de controlada	2.173.735	2.187.899
Total do passivo de controlada	266.089	284.129
Patrimônio líquido de controlada	1.907.646	1.876.233
Resultado de controlada	<u>31.413</u>	<u>43.819</u>
Valor do investimento	<u>1.533.333</u>	<u>1.528.507</u>

(i) O lucro da controlada refere-se ao período após a obtenção do controle em 14 de novembro de 2022.

b) Movimentação dos investimentos:

	EPSA
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Aquisição de controlada	1.493.452
Equivalência patrimonial	35.055
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.528.507</u>
Equivalência patrimonial	25.130
Amortização de mais valia	(23.552)
Realização de ativo indenizatório	3.248
Saldo em 31 de março de 2023	<u>1.533.333</u>

9. DIREITO DE USO

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Saldos oriundos de combinação de negócios	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2022
Concessão - Elevações portuárias S.A.	14	-	84.771	(530)	84.241
Total do ativo		-	<u>84.771</u>	<u>(530)</u>	<u>84.241</u>

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Remensuração	Depreciação	Saldo contábil 31/03/2023
Concessão - Elevações portuárias S.A.	14	84.241	5.830	(1.663)	88.408
Total do ativo		84.241	5.830	(1.663)	88.408

10. ATIVO IMOBILIZADO

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Terrenos, edifícios e benfeitorias	19.101	18.598
Máquinas, equipamentos e instalações	17.036	17.134
Obras em andamento	32.778	27.026
Móveis e utensílios	785	869
Total	69.700	63.627

Movimentação do ativo imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Adições	-	-	2.313	-	2.313
Depreciação no exercício	(2.077)	(28)	-	(516)	(2.621)
Saldos oriundos de combinação de negócio	20.675	897	24.713	17.650	63.935
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.598	869	27.026	17.134	63.627
Adições	-	-	8.214	-	8.214
Depreciação no período	(303)	(84)	-	(1.754)	(2.141)
Transferências	806	-	(2.462)	1.656	-
Saldo em 31 de março de 2023	19.101	785	32.778	17.036	69.700

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil - 2023
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

Em 31 de março de 2023 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Licença de operação	153.472	156.432
Bens de concessão	507.994	518.080
Mais Valia - Contrato de Concessão	997.704	1.021.256
	<u>1.659.170</u>	<u>1.695.768</u>

Licença de operação

Refere-se a valor pago a título de outorga no contrato de concessão da controlada EPSA.

Mais Valia

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI SUL, tal montante será amortizado em 159 parcelas até 2036 (em 31 de março de 2023 156 parcelas remanescentes) de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização % (Consolidado)
Licença de operação (CLI Sul S.A. - EPSA)	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

	Licença de operação	Mais Valia	Bens de concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Amortização	(983)	(5.916)	(1.632)	(8.531)
Saldos oriundos de combinação de negócio	157.415	1.027.172	519.712	1.704.299
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156.432	1.021.256	518.080	1.695.768
Amortização	(2.960)	(23.552)	(10.086)	(36.598)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>153.472</u>	<u>997.704</u>	<u>507.994</u>	<u>1.659.170</u>

Em 31 de março de 2023 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	79	4.925	10.417	17.864
Outros	-	-	1.032	2.122
Total fornecedores	<u>79</u>	<u>4.925</u>	<u>11.449</u>	<u>19.986</u>

12.2. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Provisão de demurrage (nota 2.5 (d))	27.543	27.364
Provisão de estadia (nota 2.5 (d))	2.582	2.497
Adiantamento de clientes	13.955	3.615
Outros	4.962	4.172
Total Outras contas a pagar	<u>49.042</u>	<u>37.648</u>

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou a sua taxa de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	104.666
Apropriação de juros	1.164
Pagamento	(1.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>104.422</u>
Remensurações	5.830
Apropriação de juros	3.607
Pagamento de principal	(761)
Pagamento de juros	(3.607)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>109.491</u>
Circulante	16.562
Não circulante	<u>92.929</u>
	<u>109.491</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos	
Vencimento das prestações	Consolidado
2023	13.338
2024	17.784
2025	17.784
2026 até o término do contrato	182.288
Valor não descontado	231.194
Juros embutido	(121.703)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>109.491</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	31/03/2023	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	231.194	109.491
PIS/Cofins potencial (9,25%)	<u>21.385</u>	<u>10.128</u>

Outras divulgações

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,69% a.a. (B3) para Controladora e sua subsidiária no Brasil.

	Consolidado 31/03/2023
Passivo de arrendamento	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	109.491
Fluxo com projeção de inflação	116.821
Variação	<u>7.330</u>
Direito de uso	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	88.408
Fluxo com projeção de inflação	94.327
Variação	<u>5.919</u>
Despesa financeira	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	3.607
Fluxo com projeção de inflação	3.848
Variação	<u>241</u>

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Despesa de depreciação	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	1.663
Fluxo com projeção de inflação	<u>1.774</u>
Variação	<u>111</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTARIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos	-	-	12.035	19.071
Obrigações trabalhistas	-	-	12.035	19.071
IRPJ/CSLL	-	-	-	42.446
ICMS	-	-	1.940	2.042
COFINS	87	82	629	82
PIS	14	13	104	13
INSS	-	-	303	1.634
IR	1	52	1.574	758
ISS	-	-	2.465	1.690
Outros impostos a recolher	14	514	1.686	918
Obrigações tributarias	<u>116</u>	<u>661</u>	<u>8.701</u>	<u>49.583</u>
Total	<u>116</u>	<u>661</u>	<u>20.736</u>	<u>68.654</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(37.015)	(14.858)
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	<u>12.585</u>	<u>5.052</u>
Equivalência patrimonial	8.544	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	46
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	343
Crédito de imposto - não constituído (1)	<u>(13.121)</u>	<u>(13.307)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>8.008</u>	<u>(7.866)</u>

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Imposto de renda e da contribuição social no resultado		
IRPJ/CSLL Corrente	-	(15.916)
IRPJ/CSLL Diferido	8.008	8.050
Total	<u>8.008</u>	<u>(7.866)</u>

- (1) Na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados (montante acumulado em 31 de março de 2023 – R\$25.743, 31 de dezembro de 2022 – R\$26.597).

15.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	-	130	-	1.188
Provisão para participação nos resultados	-	820	-	3.702
Demais provisões (demurrage, estadia, riscos e outras)	-	18.744	-	19.751
Passivo de arrendamento	-	7.168	-	6.861
Amortização de “Mais Valia”	8.008	8.008	-	-
Outros	-	14.792	-	7.890
Tributos diferidos - Ativos	<u>8.008</u>	<u>49.662</u>	<u>-</u>	<u>39.392</u>
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	(24.098)	-	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	(1.231)	-	(1.308)
Ganho Compra Vantajosa	(3.580)	(3.580)	(3.580)	(3.580)
Outros	-	(968)	-	-
Tributos diferidos - Passivos	<u>(3.580)</u>	<u>(29.877)</u>	<u>(3.580)</u>	<u>(27.657)</u>
Ativo fiscal diferido	<u>4.428</u>	<u>19.785</u>	<u>-</u>	<u>15.315</u>
Passivo fiscal diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.580)</u>	<u>(3.580)</u>

Na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados

Já no plano consolidado, a controlada (EPSA) não apresenta saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a constituição de seu diferido. Os saldos consolidados são afetados pela combinação de negócios conforme discriminado no item 2.6 e o saldo de diferido passivo da EPSA corresponde apenas aos montantes a partir de 14 de novembro de 2022, período que passou a ser controlada pela CLI Sul.

16. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%) CDI + 3,20% a.a.	Controladora e Consolidado 31/03/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022
Debênture (a)/(b)		850.101	816.880
Custo de Transação		(12.277)	(12.635)
Total		<u>837.824</u>	<u>804.245</u>
Circulante		56.671	23.450
Não circulante		<u>781.153</u>	<u>780.795</u>
		<u>837.824</u>	<u>804.245</u>

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 31/03/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022
Saldo Inicial	804.245	800.000
Custos a apropriar	-	(12.635)
Juros Incorridos	33.221	16.880
Custos apropriados	358	-
Pagamento de principal	-	-
Saldo final	<u>837.824</u>	<u>804.245</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de março de 2023, são como segue:

Ano	Controladora e Consolidado 31/03/2023
2023	56.671
2024	6.644
2025	38.644
2026	46.644
2027	102.644
2028 a 2031	<u>586.577</u>
Saldo Final	<u>837.824</u>

a) Emissão de debêntures

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

No âmbito da 1ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissora”), as ações que venham a ser de titularidade da Companhia na Elevações Portuárias S.A. equivalentes a 52% do capital social foram dadas em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário, e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão.

b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os covenants associados a primeira emissão de debentures da Companhia estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato. Para o período findo em 31 de março de 2023, a Administração da Companhia fez o acompanhamento das cláusulas de obrigações especiais contidas no contrato de debêntures e entende que não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto a Companhia está adimplente em relação às cláusulas restritivas na data dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Tributárias	-	-	2.254	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	6.838	9.549
Trabalhistas	-	-	33.166	33.151
	-	-	42.258	44.665

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Tributárias	-	-	287	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	3.928	207
Trabalhistas	-	-	554	168
	-	-	4.769	375

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldos oriundos de combinação de negócio	1.965	6.474	32.732	41.171
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.965	9.549	33.151	44.665
Adição de provisão	289	289	722	1.300
Reversão de provisão	-	-	(459)	(459)
Pagamento (i)	-	(3.000)	(248)	(3.248)
Saldo em 31 de março de 2023	2.254	6.838	33.166	42.258

(i) Desfecho de processos oriundos de combinação de negócios com reembolso de ativo indenizatório.

Perdas possíveis

Os processos com classificação de risco possível, com base na avaliação da Administração e seus consultores jurídicos, que não foram incluídos no passivo assumido da combinação de negócio, no Consolidado, em 31 de março de 2023 são no montante de R\$3 (31 de dezembro de 2022 – R\$0), não existem processos com classificação de risco possível na controladora em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia em 31 de março de 2023 é de R\$800.001 (R\$800.001 em 31 de dezembro de 2022) representado por 800.000.500 (oitocentos milhões e quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (800.000.500 ações em 31 de dezembro de 2022), em tudo idênticas às ações existentes, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI Norte") sua única acionista.

18.2. Reserva de lucros

18.2.1. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

18.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(29.007)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de	
Resultado básico por ação (milhares)	<u>800.001</u>
Resultado básico por ação – R\$	<u><u>(0,04)</u></u>

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no prejuízo do período findo em 31 de março de 2023.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Categoria/ Mensuração	Nível	Consolidado	
			31/03/2023	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	(b)	-	408.940	408.940
Contas a receber	(b)	-	37.340	37.340
Total			446.280	446.280
Passivos				
Debêntures	(b)	-	837.824	881.971
Fornecedores	(b)	-	11.449	11.449
Passivo de arrendamento	(b)	-	109.491	109.491
Partes relacionadas	(a)	Nível 2	163.781	163.781
Dividendos a pagar	(b)	-	3.660	3.660
Total			1.126.205	1.170.352

Categoria / Mensuração

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurado ao custo amortizado

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, debentures, partes relacionadas, outros ativos circulantes e contas a pagar.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

20.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

20.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

20.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Consolidado	Risco	Taxa	Exposição	31/03/2023		
				Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros			400.347	54.647	68.309	81.971
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	400.347	54.647	68.309	81.971
Passivos financeiros			947.315	119.454	149.318	179.181
Passivos de Arrendamentos	IPCA	4,65%	109.491	5.091	6.364	7.637
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,65%	837.824	114.363	142.954	171.544
Dívida Líquida			(546.968)	(64.807)	(81.009)	(97.210)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)		Valor Contábil em 31/03/2023
				Juros a Incorrer		
Passivos						
financeiros	<u>165.004</u>	<u>185.680</u>	<u>1.289.423</u>	<u>1.640.107</u>	<u>468.520</u>	<u>1.171.587</u>
Fornecedores	11.449	-	-	11.449	-	11.449
Debêntures	56.671	34.173	1.093.797	1.184.641	346.817	837.824
Passivo de arrendamento	17.784	17.784	195.626	231.194	121.703	109.491
Partes relacionadas	30.058	133.723	-	163.781	-	163.781
Outras contas a pagar	49.042	-	-	49.042	-	49.042

c) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de março de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Ativo	
Caixas e equivalentes de caixa	8.520
Clientes estrangeiros	<u>7.737</u>
Total	<u><u>16.257</u></u>

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 31 de março de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	Consolidado			
	5,0804	5,1562	3,8672	2,5781
Ativos em dólar	Exposição real	Cenário provável	Cenário I Depreciação – 25%	Cenário I Depreciação – 50%
Caixas e equivalentes de caixa	1.661	45	(2.096)	(4.238)
Clientes estrangeiros	1.508	41	(1.904)	(3.848)
	<u>3.170</u>	<u>86</u>	<u>(4.000)</u>	<u>(8.086)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de março de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,1562/ US\$ 1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$3,8671 / US\$ 1,00) e de 50% (R\$2,5781/ US\$ 1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

21. RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado 31/03/2023
Mercado Interno	62.976
Mercado Externo	67.274
Total de receita bruta	<u>130.250</u>
Impostos sobre vendas	(9.423)
Total de receita líquida	<u>120.827</u>

22. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora 31/03/2023	Consolidado 31/03/2023
Custos dos produtos vendidos		
Custos portuários	-	(46.589)
Depreciação/Amortização	-	(16.850)
Total	-	<u>(63.439)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Despesa com Prestação de Serviços	(529)	(4.224)
Taxas e Impostos	(25)	(25)
Total	<u>(554)</u>	<u>(4.249)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Outras receitas operacionais	-	113
Outras despesas operacionais		
Amortização de mais valia	(23.552)	(23.552)
Efeito de atualização de saldo a pagar em combinação de negócios	(10.030)	(10.030)
Outras despesas operacionais	-	(3.793)
Total	<u>(33.582)</u>	<u>(37.262)</u>
Total	<u>(34.136)</u>	<u>(104.950)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>
Receita s/ aplicação financeira	<u>5.890</u>	<u>13.922</u>
Total das Receitas Financeiras	<u>5.890</u>	<u>13.922</u>
Juros sobre empréstimos obtidos	(33.221)	(33.221)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	-	(3.607)
Juros sobre tributos	-	(4.974)
Outras despesas financeiras	(678)	(2.255)
Total das Despesas Financeiras	<u>(33.899)</u>	<u>(44.057)</u>
Subtotal Receitas (Despesas) Financeiras	<u>(28.009)</u>	<u>(30.135)</u>
Variação Cambial Líquida	-	(600)
Total Resultado Financeiro	<u>(28.009)</u>	<u>(30.735)</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessões, gestão logística e armazenamento de grãos no Porto de Santos, na região Sudeste do Brasil. A Companhia possui exposição a um segmento único.

A seguir apresentamos a informação de receita bruta sumarizada por região geográfica em 31 de março de 2023:

Receita bruta, por região geográfica	2023	
Europa	31.348	24%
Suíça	18.981	15%
Inglaterra	3.637	3%
França	8.730	7%
América do Sul	63.925	49%
Brasil	62.976	48%
Uruguai	949	1%
América do Norte	25.374	19%
EUA	25.374	19%
Ásia	9.603	7%
Singapura	9.603	7%
Consolidado	<u>130.250</u>	
Impostos sobre vendas	<u>(9.423)</u>	
Receita Líquida	<u><u>120.827</u></u>	

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 31 de março de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	Controladora 31/03/2022	Consolidado 31/03/2023
Remensuração de arrendamento	-	5.830

26. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A reapresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, originalmente publicadas em 30 de maio de 2023, foram aprovadas pela Administração e publicadas em 13 de julho de 2023.